Ata da 48ª Reunião Ordinária do 1º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada aos trinta dias do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e um, às dezessete horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Presentes a totalidade dos senhores vereadores. Reuniu-se na Câmara Municipal, em sessão ordinária, sob a Presidência da Vereadora Carla Odete Hofmann e secretariada pelo Vereador Luiz Neri Pereira, primeiro-secretário. Havendo quorum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul foi aberta a sessão. **ATA:** Discutida e aprovada por unanimidade a ata da 47ª reunião ordinária, e da 8° reunião extraordinária do primeiro ano legislativo da 19ª Legislatura. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam da pauta que é parte integrante da presente ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia, a senhora presidente encaminhou para as comissões técnicas o Projeto de Lei Legislativo nº 024 de 2021; Bem como os Projetos de Resolução n° 04, 05, 06, 07, 08 de 2021 - Autora: Carla Odete Hofmann. A senhora presidente encaminhou para a comissão de finanças, contas e orçamentos os balancetes mensais do mês junho de 2021 da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul; Bem como os balancetes de janeiro a agosto de 2021 do IPRESBS. A senhora presidente colocou em discussão unia a Redação Final do Projeto de Lei de nº 019 de 2021 - Autora: Carla Odete Hofmann - Denomina Frederico Rueckl travessa do município. Com a palavra a senhora presidente, informou que trata-se de um projeto que foi para a redação final para a adequação de um logradouro público. Relatou que foi encontrado um nome idêntico ao que havia sido indicado, sendo assim foi feita a alteração. Com a palavra a líder de governo citou que o projeto já havia sido aprovado, e foi para a redação final para alteração do nome do logradouro, pois já havia uma rua com nome idêntico. Não havendo mais manifestações a senhora presidente colocou a redação final do projeto n 019 de 2021 em votação, e o mesmo sendo aprovado por unanimidade. A senhora presidente colocou em discussão única o Requerimento nº 021 de 2021 – Autora: Terezinha Maria Dybas - Solicitando a convocação do Diretor Presidente da EMHAB, Sr. Adriano Cubas, a fim de explicar sobre as regras de seleção do Programa Minha Casa Minha Vida em específico ao caso do Loteamento Santa Fé. Com a palavra a líder de governo frisou que houve alteração nas regras para o recebimento das casas do programa “minha casa minha vida”, e a distribuição das casas não será mais da mesma forma que era até o ano passado, sendo assim a líder de governo achou por melhor fazer a convocação do Sr. Adriano Cubas, a fim de explicar e explanar todas as dúvidas. Não havendo mais manifestações a senhora presidente colocou em votação o

requerimento n 021 de 2021, e o mesmo sendo aprovado por unanimidade. A senhora presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei Executivo nº 75 de 2021 – Autor: Executivo Municipal - Autoriza concessão de outorga onerosa. Com a palavra a líder de governo citou que o projeto trata-se de concessão de outorga onerosa para um empreendimento. Relembrou sobre a lei n° 1681 de 2006 que fala sobre a taxa de ocupação de solo. Destacou que o empreendedor necessita dessa aprovação para continuar o seu projeto. Não havendo mais manifestações a senhora presidente informou que o referido projeto será levado a segunda discussão e votação na próxima sessão. A senhora presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei Executivo nº 83 de 2021 – Autor: Executivo Municipal - Altera o Anexo I – Tabela dos Atos da Vigilância Sanitária constante da Lei nº 1771, de 19 de março de 2007. Com a palavra a líder de governo disse que o projeto se trata de Altera o Anexo I, e visa, diante da necessidade da prestação de serviço, de inclusão de duas novas atividades, que são quimioterapia e unidade de terapia intensiva. Relembrou que a Vigilância Sanitária tem o dever promover e proteger a saúde da população. Não havendo mais manifestações a senhora presidente colocou em votação o referido projeto, e o mesmo sendo aprovado por unanimidade. A senhora presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei Executivo nº 85 de 2021 – Autor: Executivo Municipal - Autoriza a concessão de subsídio orçamentário extraordinário à tarifa do transporte público coletivo urbano em razão dos reflexos decorrentes da pandemia da COVID-19, Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento da administração direta do Município de São Bento do Sul e dá outras providências. Com a palavra a líder de governo expôs que a empresa Coletivos Rainha apresentou a administração um pedido para que ocorre-se o equilíbrio econômico e financeiro, para que a empresa consiga se manter no município. Citou que a empresa teve suas atividades suspensas na pandemia e com isso teve grandes percas. Frisou que o executivo criou uma comissão para estudar todos os pontos colocados pela empresa, e essa comissão teve em sua formação o procurador do município e servidores do financeiro do executivo. A empresa Coletivos Rainha postulou o pedido e posteriormente dando ao executivo algumas alternativas para que houvesse o reequilibro econômico, que seriam a isenção do ISS, garantia mensal de cinquenta mil passes, e a isenção do transporte nos finais de semana aos finais de semana. Citou que o município deve prestar subsídio de cinquenta mil reais por mês, durante três meses, podendo ser prorrogado por mais três meses, relembrou que é um subsídio temporário. A vereadora citou que a muitos munícipes necessitam do transporte coletivo. Relatou que uma empresa só consegue se manter se tiver equilíbrio financeiro. Expôs que 69% dos passes são adquiridos por empresa que distribuem para os seus funcionários, 22% são adquiridos pela prefeitura, 5% são para passagens

gratuitas para pessoas que tem direto por lei, e 4% pessoas que pagam efetivamente. Afirmou que é para esses 4%, que o executivo quer repassar esse subsídio, essas pessoas não tem um veículo, o transporte público é o seu único meio de transporte, e por querer que essa parcela de pessoas tenham esse transporte a vereadora declarou seu voto favorável ao referido projeto. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka frisou que é um projeto difícil de ser votado. Garantiu que muitas empresas fecharam na pandemia, e não tiveram esse reequilibro financeiro, então não acha justo dar esse reajuste a empresa Coletivos Rainha. Relembrou que na pandemia, a empresa tirou vários horários, e os munícipes tiveram que se readequar sem o transporte público, sendo assim por esses motivos se colocou desfavorável ao referido projeto. Aparteou a líder de governo citou que o transporte coletivo por ser essencial, tem previsão legal para o repasse de subsídio. Paulo afirmou que indiferente se o subsídio for repassado ou não, o valor da passagem vai ter reajuste. Com a palavra o vereador Adriano Reinhardt ponderou que o referido projeto nem deveria ser analisado por essa casa de leis, por que se diz que será um repasse de três meses sendo estendido por mais três meses, deixou o seu questionamento, por que no terceiro artigo está descrito duzentos mil reais. Aparteou a líder de governo explanou que os duzentos mil reais se refere aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro, sendo que o restante do montante já deve conter na LOA de 2022. Retomou a palavra o vereador Adriano Reinhardt por que temos que subsidiar uma empresa? Por que não se faz o processo de licitação com urgência no município. Relembrou que a empresa tem uma divida em média de quatro milhões de reais, então acredita que os trezentos mil reais de subsídio não vai cobrir o montante da dívida atual da empresa Coletivos Rainha. Aparteou o vereador Paulo Zwiefka afirmou que o terminal do bairro Centenário e o terminal do Centro pertence á empresa Coletivos Rainha, e quando sai uma licitação a empresa exige o valor dos terminais. Então por que a prefeitura não compra esses terminais e paga para a empresa? Assim esses terminais serão patrimônio do município. o vereador deixou o seu questionamento, “acho estranho, todos esses anos não sair uma licitação”. Aparteou a líder de governo citou que existe uma ação judicial que a empresa está demandando contra a prefeitura, aonde a empresa requer esses terminais, e a prefeitura já está fazendo a defesa. Retomou a palavra o vereador Adriano afirmou que não acontece licitação pois a própria empresa entra com processo. Ponderou que a empresa quer os terminais, porém sabe que os terrenos foram comprados pelo município com o dinheiro dos cofres públicos. O que os vereadores vão justificar para os munícipes aprovando esse projeto? Afirmou que os vereadores devem olhar para a maioria, e não enriquecer apenas uma empresa. Com a palavra o vereador Hélio Alves se colocou favorável ao referido projeto. Garantiu que se o prefeito não elaborasse esse projeto, o valor da passagem iria aumentar um real.

Garantiu que vai cobrar da empresa, pois recebeu muitas reclamações em relação a superlotação dos veículos, “o nosso povo merece respeito”. Com a palavra o vereador Angelo Ronei Peschiski ponderou que a empresa tem uma divida de quatro milhões de reais, e acredita que não vai ser o valor de trezentos mil reais repassados pelo subsídio que vai mudar algo. Frisou que a empresa deve investir mais, exemplificou com os terminais do município, que estão com a pintura “acabada”, pontos de parada destruídos, citou que a empresa deveria fazer os pontos, pois pagamos pelo transporte. citou que na pandemia a empresa não deixou de faturar. Frisou que o munícipe paga mais para andar com o transporte público, do que andar com o seu próprio carro. Aparteou a líder de governo expôs que a licitação venceu em 2016, de 2016 até 2021 a empresa vem trabalhando através de decretos. Relembrou que no edital de licitação estava disposto que a empresa iriá construir os terminais e fazer uso por vinte anos, posteriormente repassando os terminais para o município, e a empresa entrou com processo alegando que não teve equilíbrio financeiro, assim requerendo os terminais. Retomou a palavra o vereador Angelo Citou que o transporte público é para ser acessível para aqueles que tem mais dificuldade financeira, e não é isso que vem ocorrendo. Expôs que o processo de licitação deve ser agilizado, pois a Empresa Coletivos Rainha vai trabalhar através de decreto por mais um ano. Aparteou o vereador Paulo Zwiefka em relação a licitação, relatou que o ex-vereador Jairson Sabino, falava que a gestão anterior era incompetente, e por isso não saia licitação, e nesse primeiro ano de gestão já foi feito um novo decreto para a empresa Coletivos Rainha trabalhar. Aparteou o vereador Adriano Reinhardt sobre a licitação, citou que a própria empresa entra com processo por causa dos terminais, “é muito fácil ficar impugnando quando se tem interesse em alguma situação”. Aparteou o vereador Luiz Neri Pereira ponderou que essa situação do transporte é mais uma “herança deixada”, assim como a situação do raio x. Aparteou o vereador Paulo Zwiefka falou ao vereador Luiz Neri que o raio x estava pronto para ser instalado e mesmo assim a administração atual demorou nove meses para fazer uma instalação. Aparteou o vereador Luiz Neri disse que tem muita diferença de nove meses para oito anos. Aparteou o vereador Adriano Reinhardt sobre a questão raio x, teve muito entraves com a Vigilância do Estado, e nesses noves meses o que se percebeu é que a incompetência não foi dos prefeitos e sim de funcionários que estavam trabalhando. A Retomou a palavra o vereador Ângelo Ronei Peschiski relembrou os nobres vereadores que a discussão é do projeto n° 85 de 2021, e não do raio x. Citou que a prefeitura já compra 22% dos passes, então já é uma ajuda para a empresa. Para finalizar a sua fala se colocou desfavorável ao referido projeto. Com a palavra o vereador Adriano Reinhardt garantiu que não vai ser seis meses que vai sanar a dívida da referida empresa. “pode ter certeza que daqui seis meses vai vir mais um novo decreto”. Com a palavra a

vereadora Zuleica Maria Voltolini afirmou que esse é um projeto difícil de ser votado. Ponderou que ouve muitas reclamações, falta investimento na empresa, falta a empresa fazer melhorias, fica difícil ajudar a empresa com um equilíbrio financeiro. Para finalizar a sua fala se colocou desfavorável ao referido projeto. Com a palavra o vereador Luiz Neri Pereira relatou que seu voto é favorável ao projeto, pelos munícipes e não pela empresa, pois o atendimento da empresa é péssimo, “falta de respeito com a população”. Com a palavra a vereador Carla Odete Hofmann relatou que essa casa de leis deve verificar a necessidade dessa ajuda. O pedido trata-se a repasse de subsídio, para a passagem. Frisou que não está se salvando divida de nenhuma empresa. Citou que a maioria dos vereadores estão na sua primeira legislatura, e vem sendo cobrados, como se em “uma única canetada, se pudesse mudar tudo”. Citou que a culpa de não acontecer licitação é da referida empresa, porém não podemos jogar esse culpa no usuário do transporte. Aparteou o vereador Paulo Zwiefka citou que não concorda com a expressão “jogar no colo” do usuário, se os vereadores votarem desfavorável ao referido projeto. O prefeito tem a obrigação de ser favorável ao aumento ou o não da passagem. Aparteou o vereador Adriano Reinhardt citou que quem decide pelo aumento da passagem é o poder executivo e não o poder legislativo, para o legislativo veio o projeto do subsídio. Quem deveria ter resolvido isso era o prefeito em exercício do ano de 2021. Com a palavra o vereador Darlan André Guliani garantiu que esse projeto é um dos projetos mais polêmico e difícil de votar. Frisou que politica pública tem por objetivo igualar, diminuindo os níveis sociais. E entre o todo dividir e a minoria pagar sozinho, acha mais viável o todo dividir e por esse motivo o seu voto será favorável ao referido projeto. Apartearam os vereadores Luiz Neri, Adriano Reinhardt e Terezinha Maria Dybas, discorreram sobre o transporte público da cidade de Curitiba. Não havendo mais manifestações a senhora presidente colocou em votação o referido projeto, sendo desfavorável os vereadores Paulo Zwiefka, Adriano Reinhardt, Angelo Ronei Peschiski e a vereadora Zuleica Maria Voltolini. A senhora presidente informou que o projeto de lei n° 85 de 2021 está aprovado. A senhora presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 94 de 2021 – Autor: Executivo Municipal - Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMUNESC – CIMAMUNESC. Com a palavra a líder de governo disse que o projeto pede autorização da Ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMUNESC. O objetivo é proporcionar ações ao bem-estar animal, centro de zoonoses, abrigos para menores, são diversas ações para que podem ser tomadas. Cada item que venha a ser discutido, vai passar a lei na câmara de vereadores de cada cidade, para ser analisada. Frisou que é um relatório de intenção, então não tem custo nenhum ao município. Não havendo mais manifestações a senhora presidente informou que o

referido projeto será levado a segunda discussão e votação na próxima sessão. A senhora presidente colocou em primeira discussão o Projeto de Lei do Legislativo nº 023 de 2021 – Autor: Paulo Zwiefka - Denomina Erna Hanemann servidão de passagem do município de São Bento do Sul. Não havendo mais manifestações a senhora presidente informou que o referido projeto será levado a segunda discussão e votação na próxima sessão. **Palavra livre** fez o uso da palavra o vereador **Hélio Alves** falou em relação a visita que fez ao deputado Ricardo Alba, para tratar de um pedido de recurso para asfaltar duas vias do município de São Bento do Sul. Relatou que teve uma reunião com o prefeito, e vários secretários demostraram os seus trabalhos. Expôs que vários secretários fazem um bom trabalho, porém tem alguns que não estão trabalhando bem. Frisou que se uma secretaria não faz em bom trabalho compromete as outras. Citou que vai fazer um relatório por escrito as secretarias que não estão andando bem, e espera uma posição do prefeito. Disse que os vereadores precisam fiscalizar,"não podemos aceitar mais os erros". O vereador não é justo um vereador ganhar menos que um secretário sendo que trabalhar muito mais. Fez o uso da palavra o vereador **Paulo Zwiefka** expôs que a saúde do município está complicada, exemplificou com o posto de saúde do bairro Progresso, Bairro centenário entre outros, pois os mesmos não tem médico. Falou em relação a uma criança que não foi atendida pois não estava portando o cartão do sus, demostrou sua revolta pois a criança estava com febre. Relatou que dizem que o hospital é particular, porém a prefeitura está subsidiando, então o mínimo é ter um atendimento de qualidade. Aparteou o vereador Hélio Alves falou que existe um decreto que os médicos que trabalhavam 40 horas semanais, e foi diminuído para 20 horas. Garantiu que os médicos de fora não vem para o município pois não tem atrativos. Aparteou o vereador Darlan André Guliani expôs que os médicos não vem para o município pois o salário é muito baixo, e os mesmos não conseguem se manter. citou que tem unidades de saúde que não tem médicos, e quem acaba "pagando o pato" é a população. Fez o uso da palavra o vereador **Darlan André Guliani** relatou que é presidente da comissão da saúde, e acompanhou a audiência pública. Recebeu um comentário do seu whatsapp de uma munícipe que foi muito bem atendida no posto do COVID-19. Disse que entende quando o vereador Adriano diz que tem entraves no quesito liberação do raio x, ressaltou que alguém estudou para ser de tal maneira, e se não foi liberado é por que está não regular. frisou que os entraves aconteceram por dois motivos, um deles é a politicagem e o outro motivo é por que o espaço não entrou nas exigências. Fez o uso da palavra o vereador **Adriano Reinhardt** em relação a falta de médicos disse que existe uma lei até 31/12/2021 onde não pode existir concurso para contratação de médicos, expôs que o município pode fazer contratação através de decreto, porém não tem médicos a disposição. O vereador acredita que isso vem acontecendo pois o

salário que o município paga é baixo, sendo assim os médicos preferem trabalhar em seus próprios consultórios, pois o município não oferece nenhum atrativo, “precisamos cobrar isso do município”. ponderou que é contra ao projeto das sacolas alaranjadas, porém deu um voto de confiança, pois foi apresentado que o projeto está funcionando em outras cidades, citou que acredita que em São bento do Sul esse projeto não vai funcionar, “um projeto milionário”. Expôs que o pagamento dos dez milhões da usina de lixo não foi feito em apenas uma vez, foi realizado conforme estava disposto no contrato, onde em 2021 foi feito ainda parte do pagamento. Sobre o gerador alugado, citou que foi para fazer uma apresentação técnica do equipamento e não para o equipamento entrar em processo produtivo. Garantiu que a impermeabilização do piso no interior do imóvel, decidiu-se por fazer apenas no final da obra, pois no local durante as instalações dos equipamentos, passariam veículos e maquinário pesado. O vereador expôs que a usina tem capacidade de processar até 40 toneladas de resíduo por dia, sabendo que em dias de pico a coleta pode chega a até 53 toneladas mas em outros dias ficando em torno de 20 toneladas, sendo assim a usina tem capacidade para atuar e processar todo o resíduo que for coletado. Ainda indagou a todos, Por que essas licenças já não estão liberadas? Por que a usina não está em funcionamento? Fez o uso da palavra a vereadora **Terezinha maria Dybas** relatou que vai entrar em licença e dar espaço para o suplente. Citou que não se elegeu sozinha, e no seu primeiro dia em seu discurso afirmou que deixaria lugar para todos os suplentes atuarem, sendo assim tirará a sua licença de 30 dias. Desejou sucesso a suplente vereadora Bernadete Hermes que assumirá os trabalhos. Ponderou que fez um pedido para o senhor Adriano Cubas para que venha repassar todas as informações sobre os requisitos para os munícipes receberem suas casas no loteamento Santa Fé. Fez o uso da palavra o vereador **Luiz Neri Pereira** deixou registrado seus parabéns a todos os vereadores pelo dia do vereador. Falou em relação ao transporte público, citou que a licitação precisa ser feita urgente. Frisou que a empresa ganhadora precisa ter tecnologia, a empresa precisa entrar nessa “nova era”. Aparteou o vereador Hélio Alves frisou que mesmo que seja para a empresa trabalhar através de decreto, é preciso criar uma lei de melhoria e ser fiscalizada essa lei. O vereador Darlan André Guliani apresentou os motivos pelo qual irá se afastar, e desejou sucesso aos vereadores e suplentes que iram assumir os trabalhos. Não havendo mais nada a ser tratado, Senhor vice-Presidente Darlan André Guliani agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 04 de outubro de 2021, às dezenove horas e encerrou está mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 30 de setembro de 2021.

CARLA ODETE HOFMANN
Presidente

DARLAN ANDRÉ GULIANI
Vice-Presidente

LUIZ NERI PEREIRA
Primeiro Secretário

ANGELO RONEI PESCHISKI
Segundo Secretário

ADRIANO REINHARDT

HÉLIO ALVES

LUIZ LINDECIR PESENTI

PAULO ZWIEFKA

TEREZINHA MARIA DYBAS

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI